

## Os usos da história pelo Estado na crítica nietzschiana

HÉLIO SOCHODOLAK<sup>1</sup>

A guerra *Franco-prussina* durou até o início de 1871, em seguida a população armada, iniciou a *Comuna de Paris* com duração um pouco maior que dois meses. Finalmente, tendo o exército alemão auxiliado na derrocada dos comunardos, em maio de 1871 assinou-se a *Paz de Frankfurt*, na qual a França derrotada entregaria os territórios de Alsácia e Lorena aos alemães além de uma gigantesca indenização. Dessa guerra saiu vitorioso o Império alemão que, sobre os derrotados parisienses inaugurou o *Segundo Reich* em Versalhes. Seria a vitória dos alemães sinônimo de superioridade da cultura alemã sobre a francesa? Para além dos discursos hegemônicos na Alemanha de fins do século XIX, uma das formas possíveis de responder a esta questão aparece também no final do século XIX na própria Alemanha, trata-se da crítica nietzschiana.

Na *Primeira Intempestiva*, Nietzsche pontuou diversas vezes que os alemães venceram os franceses, não por razões culturais, mas científicas e militares. Pergunta em dado momento:

*E terá sido esta cultura alemã unificada que triunfou sobre a França? Esta afirmação é completamente incompreensível. Foi justamente no saber mais amplo dos oficiais alemães, na melhor instrução das tropas, no valor científico superior da estratégia, que todos os juízes imparciais, e os próprios franceses, reconheceram as vantagens decisivas.* (NIETZSCHE, s/d: 10)

Nietzsche demonstrou uma das razões de sua crítica ao conhecimento científico. Uma vez que servia à guerra com tanta maestria poderia ser realmente útil à vida?<sup>2</sup> Para ele, a confusão entre conhecimento científico e cultura acontecia porque os alemães, ao contrário dos franceses, não possuíam em seu tempo uma cultura autêntica.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor, Adjunto ao Departamento de História da UNICENTRO-PR – campus de Irati-PR

<sup>2</sup> Nietzsche associou vida à dança em seu Zaratustra: “em teu olho olhei há pouco, ó vida! Vi ouro em teu cintilar noturno, - parou meu coração diante dessa volúpia. Um batel de ouro vi cintilar em águas noturnas, um batel de ouro a balançar, que afundava, bebia água e tornava a cenar! Para o meu pé frenético pela dança, lançaste um olhar, um olhar a balançar, que sorria, indagava, enternecia. Duas vezes apenas, batestes tuas castanholas com mãos pequenas – e já o meu pé balançava no frenesi pela dança.” Assim, com a dança a vida é movimento. Com a dança, Nietzsche parece encontrar, nesta obra de sua maturidade, a alegoria perfeita para expressar sua concepção heracliteana de vida, a vida como movimento, onde não há estabilidade, nem eternidade, exceto a do movimento. (‘*Outro canto da dança*’)

"Mas com esta espécie de 'cultura' que no fundo não passa de indiferença fleumática pela cultura, nunca foi possível obter qualquer triunfo sobre o inimigo, sobretudo sobre aqueles que, como os franceses, têm uma cultura autêntica e fecunda, qualquer que seja, aliás, o seu valor, que nós, de resto, temos sempre imitado, com uma certa inabilidade." (NIETZSCHE, s/d: 11)

Nietzsche se mostrou avesso à associação entre cultura e ciência, e igualmente, entre cultura e política.<sup>3</sup> Ao contrário, acreditava que os alemães, no afã de tornarem-se uma nação, estavam demonstrando fraqueza de personalidade. Para ele, por exemplo, ao querer desvincular-se do convencionalismo dos franceses, para os quais as convenções seriam fruto da experiência e da tentativa de evitar contradições, os alemães teriam caído em convencionalismos muito mais radicais, atingindo até mesmo as formas de andar, estar, vestir, divertir e habitar.

Nietzsche diagnosticou a cultura alemã como superficial, apegada a modismos e, acima de tudo em crise, devido ao excesso de história. Contudo, cheia de si por vencer a França, o centro cultural do mundo ocidental. Neste sentido, Nietzsche irá dialogar e concordar com Burckhardt que "... qualificou a Prússia como uma das potências mais inimigas da cultura e considerava o Estado e a cultura como adversários permanentes e com uma idéia falsa de '*Estado cultural*' ..." (NIETZSCHE, 1975)

Para Norbert Elias, a crença de superioridade do Estado em termos culturais, faz parte de um fenômeno maior. Para ele, "... a convicção do valor supremo do próprio país sobre todos ou a maior parte dos outros – é um dos denominadores comuns de todos os sistemas de crenças nacionalistas." (1997: 156) Ou seja, se tomarmos de empréstimo uma questão que Hobsbawm enuncia, sobre o aspecto que caracterizava a política européia internacional entre os anos 1848 e 1870, poderíamos afirmar que em termos gerais, *a política das nacionalidades rivais* se impôs de forma geral neste período.

Neste sentido, em que medida teriam sido os alemães vitoriosos por sua cultura nacional superior? Ou, deveríamos concordar com Nietzsche e afirmar que

---

<sup>3</sup> "... na academia, especialmente na Universidade de Berlin, fundada no início do século (1810) por Humboldt, a hegemonia teórica ficava a cargo da história política, na qual Hegel e sua apologia ao Estado, despontava como principal fundamento, conduzindo a liderança das leituras entre os universitários. Note-se, pois, que a temática preferida nos meios universitários era também a condizente com os anseios do Estado e sua política agregacionista, no sentido de construir uma nação econômica e política e, acima de tudo, culturalmente coesa." (SOCHODOLAK, 2009: )

acima de tudo, teria sido a superioridade técnica utilizada a vencedora, a começar pelos destrutivos canhões Krupp, mas ainda na utilização de novas tecnologias tais como o telégrafo, meios de transporte como a locomotiva, entre outros? Deveras, será esta foi uma das principais preocupações de Nietzsche nas suas primeiras obras. Notadamente no *Nascimento da Tragédia*, onde defendeu um renascimento da cultura clássica a partir da música alemã, especificamente a de Wagner, mas também *as quatro intempestivas* constituem-se no geral uma crítica ao Estado prussiano, suas crenças, seu sistema educacional, seu excesso de história e sua intenção de "fabricar" uma nação, a nação alemã. Para Nietzsche o Estado estaria, neste processo, sacrificando a cultura como um todo. Nesta direção, de janeiro até março de 1872, Nietzsche realizou cinco conferências *Sobre o futuro de nossas Instituições de Ensino*, discutindo esta problemática.

Em concomitância com esta questão levantada por Nietzsche em seu tempo, vale a pena citar Hobsbawm e o capítulo 5 de sua *A era do capital* que trata do tema: "*A construção das nações*" (1996). Para este autor, as nações, dentre elas a alemã, constituem-se um artefato, não algo de "*crescimento espontâneo*". Ou seja, como o próprio título indica, estas nações foram construídas artificialmente, ou melhor, não surgem naturalmente como postulava o nacionalismo romântico com o seu *Volksgeist*.

Para Hobsbawm a nação "era definida por sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, a língua." (Ibid) Assim, a Alemanha jamais poderia ser considerada nação se não fosse construída, dado seus inúmeros principados independentes politicamente, com culturas e tradições próprias, muitas vezes com línguas diferentes, exceto as elites cultas que "partilhavam a mesma língua e literatura". (ANDERSON, 1995: 276) O que era a Alemanha a partir de meados do XIX? Politicamente,

*... não estava decidido se a Alemanha converter-se-ia num Estado centralizado ou numa federação, numa república ou numa monarquia... Entre os Estados alemães havia dois grandes poderes europeus, e a competição e os antagonismos entre ambos tornavam ainda mais graves as dificuldades para encontrar uma solução que contentasse os nacionalistas alemães. (ANDERSON, 1995: 273)*

Havia, portanto, a possibilidade da opção de uma *grande Alemanha*, que incluísse os domínios austríacos ou então uma *pequena Alemanha*, excluindo a Áustria e unindo os demais reinos sob a hegemonia da Prússia. Somente na década de 1860, esta questão será resolvida, a Prússia impõe sua solução para a Alemanha, tal como a Sardenha o fizera no caso da Itália.

Economicamente teremos novamente a hegemonia prussiana concentrando a maior parte do desenvolvimento industrial a partir dos anos 1850 que desde a década de 1820 defendia a aliança aduaneira (*Zollverein*) entre os Estados confederados menos a Áustria, evidentemente. "Por volta de 1865, a Prússia era responsável por nove décimos da produção de carvão e ferro, por dois terços das máquinas a vapor, por metade da produção têxtil e por dois terços da mão-de-obra industrial da Alemanha." (ANDERSON, 1995: 133)

Observa-se neste período todas as variantes econômicas (urbanização intensa; êxodo rural, desemprego, imigração, desenvolvimento dos transportes e meios de comunicação, entre outros), decorrentes de uma Revolução Industrial, tardia, no caso alemão, mas nem por isso lenta. Ao contrário, a rapidez fazia com que em vários aspectos superasse o desenvolvimento industrial de muitos outros países europeus.

Entretanto, além deste surto de industrialização, especialmente no oeste da Prússia, outro fator que culminaria no fortalecimento da Prússia fora o desenvolvimento agrícola. Para Perry Anderson, três aspectos tornaram possível o sucesso do programa bismarckiano. Em suas palavras:

*Em primeiro lugar, no que se refere à região oriental, a reforma agrária efetuada por Hardemberg em 1816 levou a um rápido e impressionante avanço de toda a economia cerealífera. Tornando livre o mercado de terras, a reforma depurou o campo dos junkers incapazes e endividados. Em contrapartida, aumentou o número de investidores burgueses na terra,.... e, ocorreu uma acentuada racionalização da gestão agrária: por volta de 1855, 45 por cento dos Rittergüter das seis províncias orientais tinham proprietários não aristocratas. (JOHANN e JUNKER, 1970)*

Também são notáveis as estatísticas da ampliação do sistema educacional desde as primeiras séries até a universidade. Tal ampliação e reforma fora iniciada por Humboldt no início do século e, na década de 1870 já havia atingido um crescimento de

mais de 50% somente nas escolas primárias. A educação secundária contava com aproximadamente 250 mil alunos na década de 1880.

Para Hobsbawm, as instituições escolares eram essenciais para os novos Estados-nações, uma vez que somente através delas poderiam conseguir uma "língua nacional" escrita e falada. O que atendia a dois objetivos, à formação de uma identidade e à possibilidade de se ampliar a imprensa e os meios de comunicação, tornando-os de massa, evidentemente, para atender os interesses estatais. Em resumo, a nação culta que pretendia o Reich, foi criada especialmente através do ensino. O Reich soube, acima de tudo, dispor em uma síntese o *Kulturstaat* com o *Machtstaat*, fazendo de um a causa necessária do outro.

Podemos observar que o avanço da economia capitalista foi um dos fatores chave, seja no campo da indústria, no campo da política aduaneira ou então da agricultura que possibilitaram a unificação política da Alemanha sob o comando da Prússia e sua política, no dizer de Anderson, conservadora das *linhagens do Absolutismo*.

Não obstante, o relacionamento destas esferas, o político e o econômico possuíam na Alemanha características próprias. Haja vista ser a economia conduzida de forma capitalista, abandonando as arcaicas formas produtivas feudais e de relações de trabalho, e a política continuar sendo administrada de forma aristocrática, de acordo com os códigos morais da antiga elite dominante.

Nestes termos, a aristocracia fundamentava seu código de conduta interpessoal e interestatal em Maquiavel e os conselhos que este forneceu ao Príncipe em sua obra máxima. De modo geral, tal código não incluía nenhum humanismo nas relações, prevalecendo os interesses pessoais sobre os coletivos. Deveras, o nacionalismo não fazia parte deste programa, do programa das elites aristocráticas dirigentes na Alemanha, inclusive, a priori, este não era o desejo de Bismarck, que se esforçava apenas por fortalecer a casa dos Hohenzollern. Por outro lado, as classes médias, derivadas das novas relações econômicas capitalistas, tanto no campo como nos centros urbanos industrializados, desenvolveram um código baseado em princípios antagônicos aos da aristocracia.

Figuram neste código valores como humanidade, virtude e bondade.

*Seu código era mais de virtude que de honra... Eram humanistas, no sentido de se aplicarem a todos os seres humanos, independentemente de classe e de país. De fato, desenvolveu-se, a partir da burguesia, um código moral e humanista de conduta humana, em relação aos temas seletivos da tradição judaico-cristã... (ANDERSON, 1995: 276)*

O código aristocrático fundamentava-se numa política maquiavélica, na mesma proporção que o código moral da burguesia em ascensão sedimentava-se no humanismo e sua *universalidade*. Entretanto, ambos os códigos conviveram, e, em se tratando da Alemanha e da política internacional de Bismarck, "*a ferro e sangue*", prevaleceu o maquiavelismo político. A tal ponto que, se o objetivo de Maquiavel no século XV, era o fim da fragmentação dos inúmeros reinos italianos sob o comando de um príncipe, no XIX, tanto a Itália como a Alemanha usarão desta estratégia para unificarem-se e mais, por muito, ainda exercerão o código maquiavélico nas relações internacionais.

Por fim, a julgar por estas questões e ainda, pela participação popular no processo de unificação, basta citar, de passagem, que a única representante do povo na cerimônia de criação do Estado alemão em Versalhes, foi uma enfermeira, que estava por engano na sala onde ocorria a celebração, temos que concordar com Hobsbawm quando afirma que a nação alemã foi um artefato, ou seja, foi construída.

Era preciso unificar inicialmente a cultura e a língua, do contrário como criar o sentimento de nacionalidade? Neste sentido, o ensino parece ter sido o elo fundamental entre o Estado e sua constituição a partir da cultura. Arguto observador quanto a esta associação, em suas conferências *Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino* (1872), Nietzsche reprovou a enorme ampliação do ensino que estava operando-se na já fundada Alemanha.

Argumentava que uma ampliação da forma que estava ocorrendo indicava perda de qualidade, o que necessariamente implicava num abandono da cultura clássica e um direcionamento do ensino para fins práticos. Entenda-se, profissionalização e nacionalização. Nietzsche propôs, então, a retomada dos ideais neo-helenistas, há muito esquecidos na Alemanha, que defendiam um ensino desinteressado de assuntos práticos que se afiguram como efemeridades diante das questões essenciais da condição humana.

O homem neo-helênico não seria o homem das vitórias militares prussianas, ao contrário, estaria ocupado com a cultura:

*... quero apresentar aqui expressamente o meu testemunho: desejamos a unidade alemã no seu sentido mais elevado, queremos-la com mais ardor do que a unidade política; procuramos a unidade do espírito alemão, da vida alemã, uma vez destruída a antinomia entre a forma e o conteúdo, entre a interioridade e a convenção. (NIETZZSCHE, s/d: 141)*

O conhecimento do passado não poderia ser submetido às necessidades do Estado. A história deveria atender às necessidades de produção de sentido das pessoas. Muitas vezes estas necessidades são artísticas e não científicas. Nas palavras de Nietzsche, a nossa relação com o conhecimento histórico deve ser:

*... uma relação provocada pela fome, regularizada pela necessidade, dominada pela força plástica inerente a estas coletividades -, que o conhecimento do passado seja querido apenas enquanto está ao serviço do futuro e do presente, não para enfraquecer o presente nem para desenraizar de antemão um futuro que seria viável – são verdades simples e evidentes, mesmo se não é possível fornecer a sua demonstração imediata através da história. (NIETZSCHE, s/d: 133)*

Por fim, vale dizer que a necessidade de história humana não seria necessariamente político-estatal. Ao “forçar” uma história assim, o Estado estaria instrumentalizando não só a razão, mas a memória e os significados do vivido. No caso alemão, especificamente para os fins de unificação da nação. Era com esse objetivo que investiu na universalização do ensino primário e na expansão do ensino superior. Nesse período a história alcançou seu maior prestígio, tanto na Alemanha como na França. Sua função cívica a tornava um conhecimento de primeira necessidade. A crítica nietzschiana acusa o estado de “poluir” a cabeça dos jovens com o excesso de informações históricas. O efeito, segundo Nietzsche, era o oposto de uma relação natural com o passado: os jovens passavam a “odiar” a história.

Com tais sentimentos, o passado deixava de estimular o presente e o futuro e, portanto, tornava-se inoperante. Seria preciso defender usos da história diferentes

daqueles político-científicos vinculados aos interesses de uma pretensa nacionalidade. Em suas conferências, Nietzsche apostou que o único agente capaz de restabelecer a saúde ao conhecimento histórico era a juventude e a sua natural rebeldia. O jovem professor apostou que somente seus jovens alunos é que poderiam subverter os usos apregoados pelo estado e criar novas formas de se relacionar com o passado. Certamente tais usos se distanciariam da academia e da concepção de “ser ciência” em vigor. Passaria necessariamente pela Arte e pelas formas artísticas de “representar” o vivido.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. 3 ed. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIAS, Rosa Maria. **Nietzsche educador**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1993.
- DROZ, Jacques. **Historia de Alemanha**. Vol. 1. Trad. Do francês para o espanhol de Miguel Llop Remédios. Barcelona: Editorial Vicens-vives, 1973.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Trad. Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**. 1848-1875. Trad. Luciano Costa Neto. 5a. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- JOHANN, Ernest. e JUNKER, Jörg. **Historia de la cultura alemana de los últimos 100 años**. Tradução para o espanhol de Heinz Bähr. Munich: Frümorgen & Holzmann, 1970.
- KOHN, Hans. **Nationalism, its meaning and History**. New Jersey: D. Van Nostrand Company. S/d.
- MAYER, Arno J. **A força da Tradição: a persistência do Antigo Regime**. Trad. Denise Bootmann. Rio de Janeiro: Cia das Letras.
- NIETZSCHE, F. "Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida". In: **Considerações Intempestivas**. Trad. Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença, s/d.. p. 141.
- \_\_\_\_\_ "David Strauss crente e escritor" In: **Considerações Intempestivas**. Trad. Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença, [s.d].
- \_\_\_\_\_ "Sur l'avenir de nos établissements d'enseignement" In: **Écrits posthumes**. 1870-1873. Traduit de l'allemand par Jean-Louis Backes, Michel Haar et Marc B. de Launay. Paris: Gallimard, 1975.
- SOCHODOLAK, Hélio. **O jovem Nietzsche e a história**. São Paulo: Annablume, 2009.

WEHLING, Arno. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.